

14ª FESTA DA OSTRAS – 14 a 16 de outubro de 2022
TEMA – ENVOLVER PARA DESENVOLVER:
UM NOVO MODELO DE VIDA É POSSÍVEL

Realização:

- Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape - COQBVI
- Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape - CECVI

8º ENCONTRO DE LIDERANÇAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO - 2022

Nós, das comunidades quilombolas do Território de Identidade do Recôncavo Baiano, aqui reunidos presencialmente no **8º Encontro de Lideranças deste Território**, vimos, por meio deste documento, fazer saber a todos os poderes públicos que nós existimos e resistimos na mesma luta travada por nossos ancestrais, na busca por reconhecimento e garantia dos nossos direitos. Considerando o agravamento sem precedentes da conjuntura desde o início do atual governo, de desmantelamento dos direitos adquiridos das comunidades quilombolas e demais povos tradicionais e originários, torna-se imperiosa a necessidade do fortalecimento da organização política coletiva, com vistas ao incremento da luta para assegurar os nossos direitos e o futuro de nossos descendentes.

A necessidade de um maior avanço na articulação para a construção do **Plano de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Recôncavo** nos impulsionou, em 2015, a realizar o 1º Encontro de liderança quilombolas e a criar o **Núcleo de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Recôncavo-NUDQTR**.

As comunidades quilombolas do Território de Identidade do Recôncavo Baiano estão localizadas no entorno da Baía de Todos os Santos e na Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, distribuídas entre os municípios de Cachoeira, São Felix, Maragogipe, Santo Amaro, Cruz das Almas e Muritiba.

No primeiro Encontro, em 2015, participaram as comunidades: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaíba, Engenho São João, Porto da Pedra, Girau Grande, Tabatinga, Guarucú, Guerém, Engenho São João, Baixa da Linha, Vila Guaxinim, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Tabuleiro da Vitória, Santo Antônio Vidal, Acupe de Santo Amaro.

No segundo Encontro, em 2016, participaram comunidades de cinco municípios. Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaíba, Engenho São João, Terra Vermelha, Mutexo/Acutinga, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Tabuleiro da Vitória. Maragogipe: Porto da Pedra, Girau Grande, Tabatinga, Guarucú, Guerém, Dendê, Enseada do Paraguaçu, Buri. São Félix: Engenho São João, Subaúma, Terra do Governo I e Terra do Governo II, Engenhoca, Santo Antônio da Jaqueira, Quilombo, Pau Grande, Santo Antônio e Vidal. Santo Amaro: Acupe de Santo Amaro. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim.

O terceiro Encontro, em 2017, contou com comunidades de cinco municípios: Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Tombo,

Engenho da Cruz, Mutecho-Acutinga, Tabuleiro da Vitória, Muritiba: Baixa Grande. São Felix: Terreno do Governo, Subauma e Santo Antonio e Vidal. Maragogipe: Enseada do Paraguaçu, Buri. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim.

No quarto Encontro, em 2018, estiveram presentes comunidades de quatro municípios: Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo, Dendê, Kalolé, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho Novo, Engenho da Praia, Engenho da Cruz, Mutecho-Acutinga Engenho da Vitória, Tabuleiro da Vitória. São Felix: Terreno do Governo, Subauma e Santo Antônio e Vidal. Maragogipe: Enseada do Paraguaçu, Buri, Dendê, Guerem. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim.

O quinto Encontro, em 2019, reuniu comunidades do município de Cachoeira e Cruz das Almas. Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo, Dendê, Kalolé, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho Novo, Engenho da Praia, Engenho da Cruz, Mutecho-Acutinga Engenho da Vitória, Tabuleiro da Vitória, Guaíba, Santiago do Iguape, Terra Vermelha. São Felix: Terreno do Governo, Subauma e Santo Antônio e Vidal. Maragogipe: Enseada do Paraguaçu, Buri, Dendê, Guerem. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim.

O sexto Encontro, em 2020, realizado virtualmente, reuniu comunidades do município de Cachoeira e Cruz das Almas. Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho Novo, Engenho da Cruz. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim.

No 7º Encontro, realizado presencialmente temos lideranças das comunidades do município de Cachoeira: Kaonge, Dendê, Kalembá, Imbiara, Engenho da Cruz, Engenho Novo, Kaimbongo e Santiago do Iguape. Em Cruz das Almas: Vila Guaxinim. Em Maragogipe: Enseada do Paraguaçu. Os parceiros: UFBA, UNEB e OAB, Bahia Produtiva, Movimento *slow food*.

Neste 8º Encontro, realizado presencialmente, temos lideranças das comunidades do município de Cachoeira: Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte, Imbiara, Kalolé, Engenho da Cruz, Engenho Novo, Mutecho-Acutinga, Santiago do Iguape. Em São Felix: Santo Antonio e Vidal; Em Cruz das Almas: Vila Guaxinim e Baixa da Linha; Em Maragogipe: Enseada do Paraguaçu, Buri e Guaí. Os parceiros: UFBA, UFRB; CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional), Secult BA, Bahia Produtiva, Instituto Terroá.

Essas comunidades ocupam a região há vários séculos e foram formadas por negros escravizados fugidos e libertados das fazendas e engenhos, constituindo um território quilombola. São comunidades que vivem em harmonia com a natureza e valorizam as suas tradições culturais ancestrais (religiosas, organizativas e produtivas); praticam atividades culturais, de educação, saúde, protagonismo de raça e cidadania e participação nas políticas públicas e estão engajadas no movimento da economia solidária; estão organizadas em associações locais. No município de Cachoeira as comunidades se organizam no Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape e, no âmbito territorial, se organizam no Núcleo de Desenvolvimento Quilombola do Território do Recôncavo, por meio dos quais tomam decisões coletivas sobre as questões do cotidiano e do desenvolvimento com sustentabilidade.

Nesta ocasião da 14ª Festa da Ostra, com o tema “Envolver para Desenvolver: um novo modelo de vida é possível”, realizada presencialmente, desejamos também celebrar e destacar as conquistas e progressos alcançados por todos. Ainda que as comunidades necessitem de investimentos públicos e de outros apoios para incrementarem seu desenvolvimento, a fim de superar a situação histórica de abandono pelos poderes públicos, muitos avanços foram conquistados, através de muita luta e esforço coletivo.

Nesses oito anos de Encontro de Lideranças, inúmeros avanços foram alcançados, com destaque para o fortalecimento de um tipo de organização social – coletiva, popular e democrática, que tem impulsionado as comunidades e potencializado sua estruturação e conquistas. Reunidas neste 8º Encontro de Lideranças, buscamos divulgar e socializar os êxitos advindos das reivindicações junto ao NUDQTR e aos poderes públicos, das esferas municipais,

estadual e federal. Além disso, iremos visibilizar novas demandas e reforçar que alguns antigos problemas ainda permanecem sem resolução

É importante enfatizar que os direitos quilombolas estão assegurados pela Constituição Federal, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e pelo Decreto Federal n. 4.887/2003. No caso das comunidades do Recôncavo, quase todas já se encontram certificadas pela Fundação Palmares, mas, apesar dessa garantia de reconhecimento, ainda vivem em situação de acentuada vulnerabilidade.

I - CONQUISTAS GERAIS

1. Consolidação do movimento quilombola do Território do Recôncavo por meio das reuniões itinerantes bimestrais do Núcleo de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Território do Recôncavo-NUDQTR, que faz parte da Câmara Técnica de Povos e Comunidades Tradicionais do Território do Recôncavo.

2. Conquistas no âmbito de instituições de formação técnica e universidades

- Ampliação da inserção dos jovens quilombolas em cursos técnicos e em cursos de graduação e pós-graduação; Formação técnica em agroecologia, agropecuária, agroindústria, alimentos, enfermagem, relevantes no desenvolvimento das comunidades; A formação dos jovens quilombolas em cursos técnicos e em universidades têm amplificado as possibilidades de inserção social, uma vez que os cursos possuem temáticas articuladas à vida nas comunidades, o que propicia elevada aplicabilidade das competências e habilidades adquiridas, auxiliando no desenvolvimento local. Além disso, a inserção acadêmica em ações vinculadas ao cotidiano reduz as chances de êxodo rural. Destaque para o envolvimento dos estudantes nas iniciativas do PRONERA – curso superior em gastronomia (IF Baiano) turismo (UNEB) e medicina veterinária (UFRB);
- Incremento da participação em concorrências nas agências de fomento, especialmente com ACR- Agente Comunitário Rural, nos editais do “Bahia Produtiva” (desde 2015), além de outros editais voltados ao ativismo e autores do movimento negro. Reivindicamos que essa modalidade de atenção se torne uma política pública;
- Participação de quilombolas em eventos acadêmicos, a exemplo do Congresso da UFBA, Academia Baiana de Letras. Produção de artigos e textos em revistas da temática afro-brasileira. Organização de eventos acadêmicos por estudantes quilombolas congregando UFBA, UFRB e UNEB;
- Participação em atividades de pesquisa a exemplo do Edital da Anemia Falciforme em 2021, estabelecendo uma cooperação entre ObservaBaía/UFBA e Conselho Quilombola.

3. Obtenção de financiamento em diferentes Editais

- Editais do sistema PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), específico para quilombolas e povos de terreiro do Recôncavo;
- De 2015 a 2020 foram realizados 73 convênios no Território do Recôncavo no período de, sendo 31 convênios com as organizações e comunidades quilombolas dos municípios de Cachoeira (são 16 no total de 18); Cruz das Almas (são 2 no total de 8); Maragogipe (são 7 no total de 12); Muritiba (são 2 no total de 5); Salinas da Margarida (são 2 no total de 2); São Félix (são 2 no total de 3 convênios);

- Dos 13 editais do Programa Bahia Produtiva, as comunidades quilombolas acessaram 8 editais, tendo, entre estes, 2 editais específicos: o Edital 01/2015, para as comunidades quilombolas; e o edital 11/2018, Bahia Produtiva para as Comunidades Quilombolas.

4. Fortalecimento e ampliação de parcerias

- Como resultado da interlocução do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape com representações de diferentes segmentos políticos e sociais, ao longo dos anos tem se constituído uma ampla rede de parceiros, individuais e institucionais, não apenas no nível nacional, mas também internacional, que tem apoiado e difundido as ações e a cultura;
- Destaque especial para a realização do Plano de Incidência Política das Comunidades do Vale do Iguape e do Plano de Incidência Política do Núcleo que possibilitou, como 1ª ação do Plano, a organização o I Encontro das comunidades do estado, em 2019, gerando a I Carta Quilombola do estado da Bahia. Ainda em 2019 a Carta Quilombola foi veiculada em Órgãos do executivo estadual. Em 2020 houve a organização, por meio virtual, da II Carta Quilombola do estado da Bahia. Em 2020 o “Encontro de mulheres quilombolas do estado da Bahia”, uma das primeiras ações previstas pelo Núcleo das Marias Felipas, não foi realizado integralmente devido à pandemia, mas algumas atividades puderam ser realizadas virtualmente: dia 13/10 foi realizada uma *live* como o tema “A interseccionalidade de classe, raça e gênero das políticas públicas”, com Valdeci Nascimento, Lúcia Xavier, Jucilene Viana, Rosângela Viana e Selma Santos. Ao longo da pandemia foram realizados três encontros das Marias Felipas e participação em Fóruns;
- Representação de comunidades de Cachoeira e Cruz das Almas no Fórum de educação escolar quilombola do estado da Bahia;
- Parcerias com as universidades UFRB, UFBA, Faculdade Adventista da Bahia e Universidade de Virginia (EUA), com o IBGE, IF Baiano e SESAB (com uma vaga para representante quilombola no Conselho Estadual de Saúde). Na Festa da Ostra de 2021 houve reunião com os terapeutas, vários deles presentes no livro, num movimento “Um novo modelo de saúde é possível”. Destaca-se a parceria com o Ministério do Trabalho que transforma multas em ações compensatórias para as comunidades afetadas pelo dano socioambiental - Projeto AWRE (Projeto de capacitação para proteção a crianças e adolescentes);
- Participação das Marias Felipas como representantes do Território, na organização da Feira Preta, movimento de São Paulo;
- Entre as organizações governamentais e não governamentais internacionais podemos citar a COSPE e a própria União Europeia. Vale registrar a realização de vídeos no âmbito das atividades do Projeto Terra de Direitos, com a participação de lideranças das comunidades. Foi realizado o “almanaque Escola Quilombola” em parceria com a COSPE, em 2020. Com relação a essa parceria, cabe ressaltar realização de reuniões de avaliação com Martina Molinu (coordenadora da COSPE-Brasil) e o consultor para avaliação do projeto;
- Também se incluem movimentos de valorização de produtos naturais e locais como Feiras Agroecológicas e *Slow Food*. Destaca-se o evento Terra Madre Brasil e inserção dos produtos quilombolas na publicação “Arca do Gosto Bahia”. Formação da comunidade *slow food* quilombola pela defesa da biodiversidade da Bacia e Vale do Iguape;
- Em 2020 houve a parceria com Inema e Gambá, promovida pelo Projeto Terra de Direitos, como o objetivo de realizar o CEFIR das comunidades do Território do

Recôncavo. Houve a realização de um curso, em março de 2020, de formação de lideranças e ACR das comunidades para a confecção do CEFIR. Até o momento o CEFIR que está em processo é o das comunidades do Kaonge, Kalembá, Engenho da Ponte, Engenho da Praia e Dendê (Cachoeira). Em 2021 foram incluídas Mutecho e Acutinga, Engenho Novo e Engenho da Cruz. Trata-se da 1ª experiência para realização de cadastro ambiental de comunidade quilombola na Bahia, que teve ao longo do ano várias reuniões para a implementação do CEFIR único das cinco comunidades quilombolas;

- Consolidação do trabalho conjunto entre o Núcleo de Desenvolvimento dos quilombos do território do Recôncavo e o Governo Estadual através das Secretarias: Desenvolvimento Rural (SDR); Esporte, Trabalho, Renda e Emprego (SETRE), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e Bahia Pesca e desenvolvimento de projetos Pontos de Cultura Expressão de Cidadania Quilombola, com a Secretaria de Cultura;
- Em 2021, parceria entre o Núcleo de Desenvolvimento dos quilombos do território do Recôncavo e o Instituto Malê de Acesso à Justiça para a defesa de direitos variados;
- A inscrição do CECVI na Plataforma Voluntário do estado da Bahia, 2ª instituição inscrita nessa plataforma, por conta da importância do voluntariado mobilizado na Festa da Ostra;
- Parceiros individuais também têm cooperado com as comunidades quilombolas através de serviços voluntários que incluem profissionais médicos, assistentes sociais, antropólogos, farmacêuticos, advogados, dentistas, enfermeiros, psicólogos, engenheiro agrônomo, massoterapeuta, dentre outros;
- Formação e assessoria nos núcleos produtivos, formação de lideranças e mediação de conflitos, turismo de base comunitária;

II - CONQUISTAS LOCAIS

1. Cruz das Almas

Território

- Finalizado o levantamento topográfico da demarcação das comunidades de Vila Guaxinim e Baixa da Linha, UFRB responsável em parceria com a CDA, com vista à titulação, atualmente aguardando ajustes em decorrência de inconsistência no Relatório. Considerando essa regularização fundiária, manifestamos a importância e necessidade de se manter o direito de acesso, passagem e paisagem.

Saúde

- Foi implantado um posto de saúde satélite.

Produção coletiva

- Continuidade ao projeto implantado pela UFRB, de Unidade de Aprendizado de Quintal Agroecológico - Projeto Mulheres de Fibra, financiado pelo MAPA;
- Extensão da rede de energia e de água;
- Inclusão da produção quilombola de Cruz das Almas no PAA municipal e participação nas feiras locais de agricultura;

- Em 2020, aquisição de um trator pela Associação da Vila Guaxinim, entregue pela CAR-SDR;
- Aquisição de equipamentos para cozinha comunitária.

Parcerias locais

- Há quatro anos, os jovens das comunidades, já ingressos na universidade, fazem “aulões” de revisão para o ENEM, com resultados positivos, estando em articulação para a implantação de pré-vestibular quilombola. Em 2020 as ações foram diminuídas por conta da pandemia;
- Vila Guaxinim será uma Unidade Residente do Programa de Residência Profissional Agrícola aprovado em edital, pela UFRB, do MAPA, em que a comunidade deverá selecionar um egresso (jovem) junto com a coordenação do projeto – ainda não implantado;
- Continuação da parceria com CEAPA, Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas, garantindo equipamentos e infraestrutura para a Associação;
- Reativação (embora lenta, devido à pandemia) do Projeto Costurando Sonhos, em parceria com CESE que irá realizar assessoria técnica e curso profissionalizante;
- Parceria com a INCUBA/UFRB (Incubadora de Projetos) – fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia;
- Criação do Grupo de Trabalho para educação quilombola: Universidades, Núcleo de Desenvolvimento do Território do Recôncavo, Fórum de educação quilombola.

2. São Félix

Até 2019, destacam-se as seguintes conquistas:

Educação e Saúde

- Reabertura do posto de saúde local (ANEXO);

Território e Transporte

- Colocação de placas de identificação em duas comunidades;

Moradias e Saneamento

- Escavação e limpeza dos tanques de água.

Produção Coletiva

- Melhoria da assistência técnica;
- Projeto quilombola “Vida, Direito e Justiça” da Fundação Baobá;
- Projeto “quintais produtivos” e plantação de horta, com SEPROMI.

3. Maragogipe

Território e Transporte

- Entrega da ponte que liga Enseada-São Roque.

Produção Coletiva

- Continuidade do projeto de cultivo de ostra, implantado em 2018 através de recursos da ONG Rare, e ampliado através de investimento da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM-BA);
- Continuidade nas parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), empresa Consul e Consulado que proporcionaram equipamentos para o fortalecimento desse trabalho que contempla 30 mulheres, 15 de Guaiá e 15 de Capanema;
- Continuidade do projeto de implantação do cultivo de Ostras através de parceria com o Instituto Votoratim, iniciado em 2019 na comunidade Enseada do Paraguaçu;
- Recebimento de trator pelo governo do estado.

Parceiros locais

- Continuidade das atividades da Resex, mesmo após a substituição dos gestores.

4. Cachoeira

Habitação, Território e Transporte

- Ação do governo do estado de construção de habitação na comunidade do Engenho da Ponte;
- Publicação da previsão de titulação das comunidades Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia;
- Finalização do Relatório Antropológico do Kaimbongo;
- Inclusão da comunidade de Terra Vermelha e oficialização da participação da comunidade Acutinga-Mutecho no Conselho Quilombola, que foi recentemente certificada;
- Aprovação do Projeto de lei que regula o cultivo industrial de eucalipto no município;
- Em parceria com a Resex e com o Instituto Perene, construção de fogões ecológicos em 11 comunidades (cerca de 500 fogões), adaptados para marisqueiras e agricultores.

Produção Coletiva

- Fortalecimento e reestruturação da associação de moradores do Kaimbongo;
- Fortalecimento da Associação Mãe junto ao conselho da Resex para o impulsionamento de projetos específicos;
- Consolidação da aproximação do Engenho Vitoria no Conselho Quilombola;
- Participação nas atividades na comunidade do Engenho da Vitória em mutirões de limpeza das estradas e reflorestamento das margens do rio com plantas nativas;
- Ampliação dos núcleos de ostricultura e turismo étnico – Rota da Liberdade.
- Ampliação dos núcleos de apicultura - aquisição de caixas e aumento da quantidade de famílias;

- Azeite de dendê, produção de doces e licores do Núcleo produtivo Maravilhas do Quilombo, de Tabuleiro da Vitória;
- Criação do núcleo de produção de licor no Mutecho-Acutinga e no Engenho da Cruz;
- Iniciativas das comunidades Mutecho-Acutinga e do Engenho da Cruz: criação da identidade visual dos produtos, horta irrigada (fruto do projeto quilombo solidário, voltada para mulheres), criação do fundo rotativo solidário (voltado à criação de suínos e frangos), e fortalecimento dos núcleos produtivos, continuidade do projeto “Bahia Produtiva” no Engenho da Cruz e início no Mutecho-Acutinga;
- Parceria com grupo de mulheres da comunidade para hortas irrigadas, com o professor Alisson Jadavi, do IFbaiano de Governador Mangabeira, em várias comunidades;
- Finalização da implantação da fábrica de beneficiamento de polpa de frutas no Kalolé;
- Conquista do sistema de abastecimento de água na Imbiara de cima e de baixo;
- Implantação de casa de doce em parceria com o Fundo CASA no Engenho Novo;
- Aquisição de trator (governo do estado) para a associação do Engenho Novo;
- Aquisição de caminhão, plantação de mudas e galinheiros pelo Edital Bahia Produtiva para o Engenho Novo.

Parceiros locais

- Regularização jurídica do núcleo de mulheres quilombolas Marias Felipas;
- Ampliação e fortalecimento em nível estadual do Núcleo de Mulheres Marias Felipas, com previsão de organização de eventos;
- Parceria com a Defensoria Pública do estado para implantação de uma Unidade em Cachoeira para atendimento das comunidades quilombolas;
- Aprovação pelo Fundo CASA de Linha de crédito para o fortalecimento da economia local por meio do Banco Solidário Quilombola do Iguape;
- Parceria com o projeto “Ecoa Mulheres” e “julho das Pretas”;
- Participação (contemplada) das “Marias Felipas” no “Fundo Elas”.
- Criação do Coletivo de jovens no Engenho da Ponte;
- Realização de curso de elaboração de projetos para estudantes e lideranças (em seis módulos) para algumas comunidades, com previsão de ampliação para 2023;
- Criação de site em parceria ITES/UFBA para divulgação e comercialização dos produtos da rede de cidadania quilombola;
- Parceria com Joilda (ISC-UFBA) para desenvolver projetos em condições de vida e saúde na comunidade do Engenho da Ponte;
- Realização de oficinas de formação em artesanato em parceria com a comunidade quilombola “Gruta dos Brejões” no Morro do Chapéu;
- Estabelecimento de parceria com o Conselho das comunidades quilombola do extremo sul do estado para a tecnologia social de elaboração de “cartas quilombolas”
- Parceria com o Fundo Baobá para projeto de marketing digita (criação de site, logomarca etc.) no Engenho Novo;
- Parceria com a SETRE para a construção de sala de informática com curso de informática (para 200 pessoas) no Engenho Novo.

III - DEMANDAS PRIORITÁRIAS

Regularização e Titulação das Terras Quilombolas

- Realização de laudos antropológicos necessários (devem ser escritos em linguagem acessível e disponibilizado para o conhecimento das comunidades);
- Divulgação e disponibilização dos laudos já concluídos, assim como a conclusão dos laudos iniciados;
- Conclusão, publicação dos RTIDs e titulação das terras;
- Regularização, titulação e financiamento das comunidades quilombolas nas terras devolutas do estado da Bahia;
- Implantação do CEFIR coletivo para as comunidades quilombolas do Território do Recôncavo;
- Garantir acessibilidade à justiça: criação de grupo de trabalho com especialistas de direito para propor alterações legislativas em prol dos direitos quilombolas e isenção de taxas cartoriais para as comunidades.

Demandas de urgência

- Garantir acessibilidade à justiça: criação de grupo de trabalho com parceiros especialistas de direito e lideranças para enfrentamento do processo de implantação das linhas de transmissão em todos os municípios afetados.

IV - DEMANDAS GERAIS

- 1. Garantir, junto às municipalidades e/ou à SEPRMI, a inclusão no Orçamento de recursos que garantam a disponibilização de transporte para participação nas reuniões (bimensais e anual) do Núcleo de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Recôncavo e para as organizações quilombolas municipais.**
- 2. Fortalecer, ampliar e desburocratizar a política de editais exclusivos e/ou preferenciais para comunidades quilombolas, com investimento na formação de quadros quilombolas.**
- 3. Mais ações em saúde pública**
 - Um novo modelo de medicina é possível: a) logística em saúde para as comunidades quilombolas; b) mais médicos, mais medicamentos, mais ambulâncias, mais Unidades Móveis de Saúde com equipamentos adequados (com odontologia e clínica geral), mais exames de saúde (mamografia, tomografia, ultrassonografia, teste e tratamento de anemia falciforme e doença de chagas, exames ginecológicos com profissionais especializados, exame de próstata etc.); c) ampliação e valorização do agentes comunitários de saúde; d) valorização, reconhecimento e inclusão das medicinas tradicionais quilombolas no SUS.
 - Ações em saúde da criança e adolescente: para dirimir o quadro de violência contra crianças e jovens, especialmente gravidez precoce; ansiedade e depressão, maior atenção às crianças com necessidades especiais, sobretudo no âmbito escolar;
 - Retorno do transporte para consulta nos postos de saúde nas comunidades de Cachoeira;

- Ampliação e melhoria das condições de infraestrutura do “Anexo” do posto de saúde na comunidade de Santo Antonio, em São Felix;
- Ações para a saúde dos idosos;
- Implementação de ações de inclusão em saúde e educação da comunidade LGBTQI+;
- Ações na área de saúde mental;
- Ações para anemia falciforme;
- Ações para o enfrentamento do uso abusivo do álcool;
- Ampliação da cobertura de Agente Comunitários de Saúde e de Agente de pandemia em Açupe, Santo Amaro;
- Capacitação dos profissionais de saúde para atenção para as necessidades específicas das comunidades quilombolas

4. Escolas quilombolas

- Implantação de unidades escolares;
- Garantir educação escolar quilombola, como material específico;
- Garantir a escolha participativa na diretoria escolar;
- Garantir transporte escolar;
- Capacitação dos profissionais para melhor cuidar da saúde no ambiente escolar.

5. Garantir o fortalecimento da assistência social

- Fortalecimento dos CRAS já existentes e implantação de novos CRAS com políticas para os territórios quilombolas;
- Inclusão da identidade quilombola no CadÚnico das comunidades de São Felix;
- Ampliação e atualização cadastral do CadÚnico em Vila Guaxinim, Cruz das Almas.

6. Acesso e melhorias da infraestrutura

- Ampliação da rede elétrica com Implantação de sistema trifásico (necessidade de poda das árvores próximas a rede elétrica) e de rede telefônica. A comunidade próxima a Porto da Pedra, Maragogipe, não tem energia elétrica;
- Implantação de coleta de lixo;
- Manutenção periódica e de qualidades das estradas principais e vicinais que permitem o acesso as comunidades quilombolas. Na comunidade de Bori, Maragogipe, necessidade de abrir estrada;
- Inclusão digital;
- Implantação de creches e escolas e reabertura imediata das escolas fechadas nas comunidades quilombolas desde 2020. Reabertura em tempos diferentes considerando as especificidades das séries, com proposta pedagógicas para a ampliação do tempo escolar, e com formação de professores;
- Ampliação da rede de saneamento. Com exceção de Enseada, as demais comunidades de Maragogipe não têm acesso à água da Embasa. As comunidades de São Felix também não têm água da Embasa, apesar da rede de distribuição passar pela comunidade; atualmente são abastecidas apenas por carros-pipa de periodicidade irregular;
- Ações de saneamento básico em relação às estações de tratamento de efluentes da Embasa estão operando de maneira irregular;
- Ações em segurança pública nas comunidades. A comunidade do Buri, Maragogipe, necessita de ações de controle da violência decorrente do tráfico de drogas;

- Retomada do Programa de habitações e moradias pelo PNHR;
- Necessidade de canoas para a comunidade do Buri, Maragogipe, para escoamento da produção.

7. Mais transparência no uso dos recursos públicos

- Em nível federal, com alocação municipal, destinado às comunidades quilombolas: Saúde da Família; educação; Minha Casa, Minha Vida; agricultura familiar. Em nível estadual, mais assistência técnica e extensão rural contínua e permanente;
- Agilização do SEFIR quilombola para viabilização da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, que possibilitará acesso ao financiamento do PORNAF;
- Continuidade dos eventos da Lei Aldir Blanc.

8. Observância e cumprimento das medidas preventivas, condicionantes, mitigadores e compensatórias para da implantação do Estaleiro Enseada Indústria Naval

- Retomada das atividades do Estaleiro Enseada Paraguaçu para operação como porto de minérios, sem que houvesse qualquer consulta às comunidades ou à Resex.
- As comunidades desconhecem e não têm acesso ao EIA/RIMA para implantação e operação do empreendimento e, conseqüentemente, impactos no meio físico, biótico e socioeconômico.
- Constatam a existência de fortes impactos negativos no meio ambiente, assim como limitações e dificuldades de entrar e sair de suas localidades, em decorrência de limitações impostas a suas atividades produtivas (pescas, mariscagem etc.);
- Necessidade de revisão das condições de operação do Estaleiro Enseada Indústria Naval, de modo se observado rígido cumprimento das medidas condicionantes, mitigatórias e compensatórias para as comunidades de Cachoeira, São Felix e Maragogipe. Os investimentos decorrentes do cumprimento das medidas compensatórias que devem ser dirigidos às comunidades situadas na poligonal;
- Necessidade urgente de avaliação dos impactos socioambientais decorrentes do transporte e movimentação de cargas nas estradas, operações no porto e no curso fluvial, considerando que aqueles causam prejuízos à pesca, mariscagem e efeitos nocivos à saúde, para imediata implantação de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias;

9. Transparência nas relações da Votorantim, INEMA, EMBASA e comunidades quilombolas

- Regularização da Usina Votorantim, que continua operando sem licenciamento ambiental;
- Em 2020 houve demanda de qualificação nas relações entre setores públicos, empresa e comunidades para a realização dos “testes de calha”, que foi regularizada até o momento. Em Moção de Repúdio de agosto de 2020, assinada por dezenas de instituições e movimentos sociais do Recôncavo, afirmou-se que “o teste de calha pode ser um procedimento técnico necessário para a segurança da barragem, mas achamos importante que ele esteja condicionado a um processo oficial de diálogo entre os órgãos competentes (INEMA, ICMBio e IBAMA) no Estado da Bahia e as comunidades locais e pesquisadores que atuam na região. Exigimos também que os possíveis danos causados por este teste sejam previamente avaliados e bem dimensionados através de estudos técnicos e que estes danos sejam então mitigados e compensados, pois não são os povos

e comunidades tradicionais que deverão carregar todo o prejuízo de um teste que só ocorrerá pela existência de um empreendimento privado. É importante destacar que este funciona há mais de uma década de forma ilegal, sem disponha de qualquer licenciamento ambiental, obtendo lucros a partir do sofrimento das comunidades e violando a Constituição Federal e a legislação ambiental (Lei 6938/1981, Lei 9433/1997, Lei 9605/98 e LC 140/2001);

- Reivindicamos o estabelecimento de critérios acordados e mais transparência nas relações da empresa com as comunidades quilombolas no que se refere aos editais.

10. Resolução de conflitos ambientais com empresas que impactam os territórios quilombolas

- Exigimos a observância da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que ratifica o princípio da autoidentificação e autodeterminação dos povos tradicionais, dos quais as comunidades quilombolas fazem parte;
- Implantação efetiva do “processo de escuta” das comunidades impactadas pelos empreendimentos no Território;
- Resolução do “passivo ambiental” nas comunidades quilombolas;
- Monitorar e fiscalizar as ações da empresa Mastrotto;
- Avaliação e manutenção das condições de infraestrutura do gasoduto da Petrobras que atravessa diversas comunidades no município de Cachoeira;
- Avaliação dos prejuízos ambientais decorrentes do derramamento de óleo cru no final de 2019 no litoral nordestino e que se encontra nas águas da Baía de todos os Santos;
- Medidas compensatórias dos prejuízos causados pelo plantio de eucalipto nos municípios de Cachoeira e Maragogipe e contenção de sua expansão por meio de leis municipais. Cachoeira já tem lei específica com a possibilidade de ampliação para todos os municípios do Território;
- Regulação das ações de plantio de bambu da empresa Penha, de Santo Amaro, que tem promovido invasões em áreas das comunidades tradicionais;
- Providências para o uso indiscriminado de agrotóxico em áreas próximas às comunidades de Santo Antonio e Vidal, em São Felix;
- Conflitos ambientais disseminados pelo território em Acupe, Santo Amaro;
- Providências para áreas que estão sob ação de empreendimentos públicos e privados;
- Observância de medidas restritivas, preventivas e compensatórias em relação à instalação de usinas de energia eólicas e redes de alta tensão que se encontram em processo de implantação no Território, atuais e futuras;
- Realização de Audiências Públicas para discussão de questões de sustentabilidade e de conflitos ambientais, demanda de comunidades de Cruz das Almas.

11. Maior empenho da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial-SEPROMI e da Secretaria de Política para Mulheres

- Efetivação das Ações do Programa Brasil Quilombola, especialmente os recursos para titulação das terras devolutas do estado para comunidades quilombolas;
- Em relação à SPM-Secretaria de Políticas para Mulheres, fortalecimento de ações de interesse do grupo junto ao território e outras atividades;

- Garantir uma coordenação específica e orçamento para comunidades quilombolas, além participação de lideranças quilombolas nos processos de decisão.

12. Mapeamento das manifestações culturais pelo IPHAN e IPAC

- Realização de Inventário participativo, restauração e conservação continuada dos patrimônios nacionais reconhecidos, com destaque para: casarão na comunidade Engenho da Vitória, vestígios dos antigos engenhos e capelas, terreiros de umbanda e candomblé, locais de devoção, itens de tecnologias de transporte tradicionais, a exemplo embarcações, carros de bois e outros; e manifestações culturais que integram o acervo de bens culturais imateriais, a exemplo da Festa de São Roque, Festa da Ostra, carurus etc. e inclusão das festas no calendário oficial de eventos do estado da Bahia;

13. Políticas para a juventude

- a) retomada da política de assistência estudantil para garantir a permanência dos jovens nos institutos federais e universidades; b) transporte municipal e intermunicipal para os estudantes universitários e dos cursos técnicos das comunidades.

14. Escuta qualificada para o Censo 2022

- Maior atenção às comunidades quilombolas por parte do IBGE quando da realização do Censo 2021.

15. Relações entre Conselho Quilombola e a prefeitura de Cachoeira

- A gestão municipal iniciada em 2021 não se prontificou a ouvir as comunidades, fazendo com que as demandas da Carta Quilombola das comunidades do município ficassem sem resposta. Como exemplo: péssima gestão da pandemia de Covid-19, piora no acesso a médicos, medicamentos, exames, ambulância e acesso a redes de telefonia celular para comunicação, a manutenção das estradas, assim como não disponibilização de água tratada em algumas comunidades. Esperamos na nova gestão uma postura renovada em prol da melhoria dessas e enfrentamento dos desafios para a melhoria dessas deficiências.